



Tribunal de Justiça do Estado da Bahia

Concurso Público

Aplicação: 10/7/2005

Cargo: Juiz Substituto

Caderno de prova Discursiva – Parte I MANHÃ

LEIA COM ATENÇÃO AS INSTRUÇÕES ABAIXO.

- 1 Ao receber este caderno, confira se ele contém duas questões e uma proposta de sentença sobre matéria cível, correspondentes à prova discursiva – Parte I –, e páginas para rascunho.
- 2 As páginas para rascunho são de uso opcional; não contarão, portanto, para efeito de avaliação.
- 3 Caso o caderno esteja incompleto ou tenha qualquer defeito, solicite ao fiscal de sala mais próximo que tome as providências cabíveis.
- 4 Não utilize material de consulta que não seja fornecido pelo CESPE.
- 5 Não serão distribuídas folhas suplementares para rascunho nem para texto definitivo.
- 6 Durante a prova, não se comunique com outros candidatos nem se levante sem autorização do chefe de sala.
- 7 A duração da prova é de **quatro horas**, já incluído o tempo destinado à identificação — que será feita no decorrer da prova — e à transcrição dos textos definitivos para o caderno de textos definitivos da prova discursiva.
- 8 Não será avaliado texto escrito a lápis, texto escrito em local indevido ou texto que tenha identificação fora do local apropriado.
- 9 Ao terminar a prova, chame o fiscal de sala mais próximo, devolva-lhe o seu caderno de textos definitivos e deixe o local de prova.
- 10 A desobediência a qualquer uma das determinações constantes no presente caderno ou no caderno de textos definitivos poderá implicar a anulação da sua prova.

AGENDA

- I **12/7/2005**, a partir das 10 h (horário de Brasília) — Gabaritos oficiais preliminares da prova objetiva: Internet — <http://www.cespe.unb.br/concursos/tjbajuiz2005> — e quadros de avisos do CESPE/UnB, em Brasília.
- II **13 e 14/7/2005** — Recursos (prova objetiva): formulários estarão disponíveis no Sistema Eletrônico de Interposição de Recurso, Internet — <http://www.cespe.unb.br/concursos/tjbajuiz2005>.
- III **5/8/2005** — Resultado final da prova objetiva e resultado provisório da prova discursiva: locais mencionados no item I, Diário do Poder Judiciário do Estado da Bahia e Internet — <http://www.tj.ba.gov.br>.
- IV **8 a 10/8/2005** — Recursos (prova discursiva): em locais e horários que serão informados na divulgação do resultado provisório.
- V **15/9/2005** — Resultado final da prova discursiva e convocação para entrega de títulos: locais mencionados no item III.

OBSERVAÇÕES

- Não serão objeto de conhecimento recursos em desacordo com o item 11 do Edital n.º 1/2005 — JS/TJBA, de 10/5/2005.
- Informações adicionais: telefone 0(XX) 61 3448 0100; Internet — <http://www.cespe.unb.br>.
- É permitida a reprodução deste material apenas para fins didáticos, desde que citada a fonte.

CESPE
UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA
Criando Oportunidades para Realizar Sonhos

PROVA DISCURSIVA – Parte I

- Na sentença — que vale **seis** pontos — e nas duas questões a seguir — que valem **dois** pontos cada uma —, faça o que se pede, usando o espaço indicado no presente caderno para rascunho. Em seguida, transcreva os textos para as respectivas folhas do **CADERNO DE TEXTOS DEFINITIVOS DA PROVA DISCURSIVA**, nos locais apropriados, pois **não serão avaliados fragmentos de texto escritos em locais indevidos**.
- Tanto na sentença cível quanto nas duas questões, qualquer fragmento de texto que ultrapassar a extensão máxima de linhas fornecidas será desconsiderado. Será também desconsiderado o texto que não for escrito **nas folhas de texto definitivo** correspondentes.
- **ATENÇÃO!** No **CADERNO DE TEXTOS DEFINITIVOS**, identifique-se apenas na capa, pois **não será avaliado** texto que tenha qualquer assinatura ou marca identificadora fora do local apropriado.

SENTENÇA CÍVEL

Ana ajuizou ação de reconhecimento e dissolução de união estável com partilha de bens, alegando que conviveu com João no período compreendido entre meados de fevereiro de 1993 e março de 2003, portanto, por cerca de 10 anos, como se fossem marido e mulher. Dessa união nasceu o filho André, em 16/4/1994. Ela alegou que, no decorrer da convivência, o casal adquiriu a título oneroso os seguintes bens:

- ▶ um apartamento residencial, financiado em 1995 pelo Sistema Nacional de Habitação, em nome do requerido;
- ▶ um terreno urbano destinado à construção residencial, adquirido em 1999, em nome da autora;
- ▶ um carro, marca VW, modelo Gol, ano 2000, em nome do requerido;
- ▶ um carro, marca VW, modelo Polo, ano 2002, em nome da autora.

A autora anexou aos autos os documentos que comprovam a propriedade dos bens e a data de aquisição de cada um deles, requereu o reconhecimento da união estável havida entre ela e o réu e, em seguida, a sua dissolução, com a partilha dos bens comuns, na proporção de 50% para cada parte. Por fim, requereu a citação do requerido, a produção de provas e a intimação do representante do Ministério Público.

Na contestação, o réu argüiu, em preliminar, a impossibilidade jurídica do pedido formulado pela autora sob o argumento de que o relacionamento mantido pelas partes não pode ser objeto de ação declaratória, posto que se trata de mero fato e, no mérito, alega que não manteve união estável com Ana, apenas encontros casuais e esporádicos, surgindo daí a inexistência de bens a partilhar.

Na audiência de instrução e julgamento, foram ouvidas as partes, bem como as suas testemunhas, que confirmaram as alegações da autora, ou seja, que as partes conviviam maritalmente. Após as alegações finais das partes, o Ministério Público manifestou-se, pugnando pela procedência do pedido, acolhendo as pretensões da requerente.

Diante da situação hipotética acima, e considerando provados os fatos nela narrados, profira sentença que, além de julgar a lide, contenha todos os requisitos exigidos por lei. O relatório da sentença é o próprio enunciado apresentado acima e, portanto, não deve ser transcrito pelo candidato.

Extensão mínima: 30 linhas

Extensão máxima: 90 linhas

SENTENÇA CÍVEL – RASCUNHO – 1/3

1	
2	
3	
4	
5	
6	
7	
8	
9	
10	
11	
12	
13	
14	
15	
16	
17	
18	
19	
20	
21	
22	
23	
24	
25	
26	
27	
28	
29	
30	

SENTENÇA CÍVEL – RASCUNHO – 2/3

31	
32	
33	
34	
35	
36	
37	
38	
39	
40	
41	
42	
43	
44	
45	
46	
47	
48	
49	
50	
51	
52	
53	
54	
55	
56	
57	
58	
59	
60	

SENTENÇA CÍVEL – RASCUNHO – 3/3

61	
62	
63	
64	
65	
66	
67	
68	
69	
70	
71	
72	
73	
74	
75	
76	
77	
78	
79	
80	
81	
82	
83	
84	
85	
86	
87	
88	
89	
90	

QUESTÃO 1

Considere que foi proposta uma ação monitória, na qual a autora pretende receber do réu a importância de R\$ 58.000,00, devidos em face do descumprimento de contrato de prestação de serviços médicos celebrado e firmado entre as partes. Para comprovar o débito, a autora juntou aos autos o referido contrato e diversas notas fiscais. Em sede de embargos, o réu alega, preliminarmente, carência de ação por não cabimento da ação monitória. No mérito, afirma ser devedor apenas da importância de R\$ 29.000,00, sustentando não ter a autora apresentado prova do montante cobrado.

Diante dessa situação hipotética, responda às seguintes perguntas, apresentando as justificativas pertinentes.

- ▶ É cabível, na espécie, a ação monitória?
- ▶ É possível a discussão da liquidez do débito e há oportunidade de o devedor discutir os valores da dívida em sede de ação monitória?

Extensão máxima: 30 linhas

RASCUNHO

1	
2	
3	
4	
5	
6	
7	
8	
9	
10	
11	
12	
13	
14	
15	
16	
17	
18	
19	
20	
21	
22	
23	
24	
25	
26	
27	
28	
29	
30	

QUESTÃO 2

Considere que Eduardo propôs ação de investigação de paternidade contra Carlos e que a prova pericial não foi realizada em virtude da recusa do réu à submissão ao teste denominado exame de DNA.

Diante da situação hipotética acima, elabore um texto dissertativo acerca das consequências jurídicas da recusa do réu à submissão ao exame de DNA.

Extensão máxima: 30 linhas

RASCUNHO

1	
2	
3	
4	
5	
6	
7	
8	
9	
10	
11	
12	
13	
14	
15	
16	
17	
18	
19	
20	
21	
22	
23	
24	
25	
26	
27	
28	
29	
30	

